

DA SECA COMO TRAGÉDIA À SECA COMO RECURSO. VELHOS E NOVOS DISCURSOS, VELHOS E NOVOS TERRITÓRIOS.

Iná Elias de Castro
Professora Adjunto - Dept^o de Geografia

RESUMÉE

Cet article examine la dualité conservation/modernization à la région Nordeste brésilienne à partir du discours sur la sécheresse. D'abord le discours traditionnel et le territoire qu'il a produit, soit au niveau de la réalité, soit de la représentation. Second, le discours des agents sociaux qui perçoivent dans le climat semi-aride du "sertão" une importante source économique, et les possibilités de transformations au niveau du territoire et de l'imaginaire que ces nouveaux acteurs sociaux posent.

INTRODUÇÃO

A dualidade conservação/modernização na Região Nordeste, mais particularmente no seu espaço semi-árido, é a questão central do presente trabalho. Três suposições orientaram a pesquisa e têm sido confirmadas: 1. há uma coexistência, que pode ser tanto cooperativa como conflituosa, entre os atores responsáveis pelo atraso e pela inovação; 2. o conflito não implica num jogo de soma zero, ou seja, mais modernização não significa menos conservação e vice-versa; 3. alguns novos, e mesmo velhos, atores têm propiciado novos níveis de conflitos que podem, a longo prazo, criar rupturas importantes. O fundamento deste ponto de partida encontra-se na perspectiva de que se tratam de atores responsáveis por fenômenos na escala local, mas que organizam territórios heterogêneos e que se articulam a partir de redes e de escalas diferentes. Esta abordagem permite a discussão da organização econômica e política do território numa perspectiva que destaca o papel dos atores nas escalas local e regional, incorporando suas ligações com as escalas nacional e internacional. A articulação entre as escalas do econômico e do político tem como ponto de partida a existência de um sistema de atores, que através do discurso cria uma identidade solidária que equaliza o social em cada escala territorial de atuação, por exemplo: interesses do lugar, da região, da nação.

Numa perspectiva conceitual mais ampla, deve ser destacado que o dualismo conservação/modernização permanece organizando um sistema de referências para a organização de qualquer sociedade e de suas formas de controle de poder econômico e político. Nesta abordagem, a Região Nordeste é um caso importante para investigação, seja pelo descompasso que ela apresenta quando comparada com outras regiões do país ou com

a média nacional, seja pelo uso político da aparência das causas da diferenciação aceitas pelo senso comum, seja pela ressonância que os atores políticos regionais obtêm no cenário nacional.

As especificidades do eco-sistema semi-árido possibilitaram um modo de ocupação e um sistema de atores que fizeram em conjunto um espaço muito particular. Este espaço tem sido apresentado historicamente pelo filtro da conscientização coletiva sobre as dificuldades impostas por este meio que depende dos azares climáticos. A natureza aí é um ente quase metafísico, é fortemente fantasiada e trabalhada nos discursos, da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial. Neste sentido, o imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica, apesar de toda a tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sócio-político e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares.

Observa-se hoje na região um duplo discurso, ou um discurso contraditório, sobre a natureza semi-árida, e esta dualidade deve ser objeto de investigação pelos novos níveis de conflito que ela revela. Quanto aos termos dos discursos, resumidamente temos: um, mais antigo e mais ubíquo, que atribui à natureza dificuldades que explicam os problemas sócio-econômicos da região. Mesmo que a base explicativa recorra a teorias econômicas bem elaboradas, uma leitura mais atenta da documentação produzida na e sobre a região não terá dificuldade em encontrar inúmeras referências às dificuldades particulares impostas pelo clima, ou ao clima como uma das causas dos problemas vividos na região; outro, mais recente, que vê na escassez pluviométrica, que dificulta a reprodução de pragas, e na fertilidade de grandes extensões de solos um enorme potencial para a agricultura irrigada, ou o *agrobusiness*. O clima aqui é um recurso inestimável, redentor, capaz de fazer surgir uma nova Califórnia, com mais vantagens que a outra, porque não tem uma estação com temperaturas mais baixas.

Os responsáveis por estes discursos são atores regionais, porém, de tipos e interesses bem diferentes: o primeiro é elaborado por segmentos importantes da elite política, com enorme poder de assimilação e reprodução; o segundo é mais restrito a uma parcela pequena do meio empresarial e da administração pública, que encontra no sol uma matéria prima essencial, seja para a *fruticultura irrigada*, seja para o *turismo*.

O significado conceitual e empírico destes discursos contraditórios pode ser percebido no confronto entre formas tradicionais e modernas de organização do espaço produtivo e de organização do espaço político que dão sustentação a cada um. Embora não haja

necessariamente coincidência entre estas formas, ou seja, as formas modernas de organização da produção não significam sempre uma atuação progressista no espaço político, como já foi sugerido no início deste texto. Além disso, os atores que produzem estes discursos, são responsáveis por fenômenos que têm ressonância em escalas espaciais diferentes.

Na realidade, a contradição entre discursos que opõem, de um lado a submissão a um imaginário trágico e de outro a redenção do atraso e da pobreza através da tecnologia, aponta para uma contradição mais profunda entre os meios mobilizados no processo produtivo, entre as escalas de interesse dos atores envolvidos e entre os mercados de consumo dos produtos obtidos. A retórica, como sempre, tem um significado político fundamental e o território pode ser lido como seu fundamento e produto.

Há, portanto, na Região duas lógicas na organização do seu território: uma conservadora, que articula a escala local com a regional e a nacional, definindo um espaço econômico e político que garante a organização social e o poder no território com base nos azares climáticos; outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter tecnológico e de mercado, com base nas vantagens climáticas. É no confronto entre os interesses destes atores, que percebem de maneira oposta os mesmos índices pluviométricos, que podem ser encontrados os embriões mais importantes de mudanças na Região.

A partir destes interesses conflitantes, impõem-se algumas reflexões sobre as condições de reprodução do conservadorismo nordestino e o significado do *agrobusiness* como um possível elemento de ruptura, não apenas ao nível da deslegitimação simbólica do discurso dominante, como também na construção de um novo imaginário sobre a região, que pode ser significativo da criação de embriões de ruptura na sua estrutura de poder, pela disputa por espaço político empreendida por novos atores.

1. O PROBLEMA DO CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA.

A discussão sobre as características mais importantes do conservadorismo como ideologia específica, surgida ao mesmo tempo que o liberalismo e o socialismo no Século XVIII, tem por objetivo apontar a adequabilidade do conceito para a situação analisada, trazendo para a análise das questões empíricas os fundamentos conceituais nela subsumidos e estabelecer, a partir deles, os supostos mais significativos para a investigação.

Não se trata de fazer uma revisão sobre o tema, que é amplo e complexo, mas de tentar compreender a sua força. Tomando como útil a classificação sugerida por VINCENT

(1995) que diferencia, em alguns traços essenciais, cinco tipos de escolas do conservadorismo: tradicionalista, romântica, paternalista, liberal e da Nova Direita, e destacando que há uma contínua superposição entre elas, apresentamos uma breve discussão de cada uma.

No conservadorismo tradicional, definido a partir das idéias de Edmund BURKE¹ (1982) há forte ênfase ao costume, à tradição e à convenção. O valor do tempo histórico na constituição das comunidades humanas é fundamental. Liderança, autoridade e hierarquia são produtos da longa prática social, representam o seu cimento, e quaisquer mudanças devem brotar naturalmente das tradições da comunidade. No conservadorismo romântico dos teóricos alemães, principalmente, há acentuada nostalgia de um passado idealizado, pastoral, rural e fortemente antiindustrial. O conservadorismo paternalista supõe a submissão às regras abrangentes do Estado como meio de promover uma vida satisfatória para todos os cidadãos - uma forma de *noblesse oblige* responsável e aristocrática. A perspectiva é dirigista e o governo é encarado como uma figura paternal, que estabelece metas e assegura a equidade e a igualdade de oportunidade. O conservadorismo liberal, por sua vez, tende a aceitar a maior parte dos dogmas formais do liberalismo clássico: individualismo, Estado mínimo, direitos pessoais. Finalmente, a Nova Direita é mais complexa, sua coerência ideológica está no neo-liberalismo, nos critérios de mercado, incorporando elementos anarco-capitalistas com base na liberdade e direitos individuais - desregulamentação de drogas, pornografia, etc.. Seu fundamento é o fracasso do Estado como regulador social e econômico e a redução da sua tirania.

Há algumas questões interessantes na ideologia conservadora, qualquer que seja a sua nuance, que indicam os seus traços essenciais. Primeiro, há aceitação tácita da hierarquia como fruto de um processo natural, alimentado pelo tempo da prática social. Ambos legitimam e justificam a diferença hierárquica e sua permanência. Segundo, o elitismo com forte elemento humanitário e de responsabilidade, constitui o esteio e a garantia de uma ordem social justa e estável. Terceiro, a liberdade individual é resultado de anos de desenvolvimento social em uma tradição territorial (nacional, regional) específica. Linguagem, costumes e pensamento são adquiridos socialmente e territorialmente. Quarto, a desigualdade está enraizada nas circunstâncias, tanto naturais como políticas. Algumas pessoas são naturalmente superiores, intelectual e moralmente. A desigualdade não pode ser erradicada por meios sociais ou políticos. Quinto, a vida política é concebida

¹ Suas "Reflexões sobre a Revolução em França" foram escritas e publicadas em 1790 e consideradas fundadoras para o pensamento conservador.

organicamente, a liderança e o julgamento político são habilidades restritas a uns poucos. A maioria dos conservadores usa o organicismo de modo analógico. Cada indivíduo tem o seu lugar no todo orgânico. A mudança ou reforma deve ser consoante com o ritmo do organismo como um todo. A ordem política ou moral não pode ser forjada ou imposta; é antes interna às instituições políticas e morais.

O papel da política e do governo no pensamento conservador é essencial: como guardiães de normas e costumes processuais que mantenham a paz, a justiça e a liberdade. Além disso, a devoção à ordem estabelecida significa respeito e institucionalização da hierarquia natural e da desigualdade na sociedade. A ordem social sempre acarretará autoridade e liderança natural de um grupo ou elite, pois normas e direitos são resultado de anos de desenvolvimento social e político.

“Os conservadores tradicionalistas, românticos e paternalistas dão um valor considerável aos direitos. Estes não são os mesmos do individualismo liberal. Não são privados, naturais ou pré-sociais, (...) são concessões legais da comunidade. Ou seja, os direitos são mecanismos para a solução de problemas nas comunidades políticas.” (VINCENT, p.86).

Com relação à economia, o Estado deve defender ou promover os interesses do mercado, preservando valores prioritários, como a comunidade. Também, para os conservadores tradicionalistas, a propriedade fundiária aristocrática é a forma mais segura de manter riqueza, hierarquia e status.

Outra característica fundamental do conservadorismo é, paralelamente à resistência a determinadas idéias, a enorme capacidade de louvar a sabedoria imemorial que as incorporou, a partir do momento em que elas sejam as vencedoras, o que lhe dá uma incrível capacidade de sobreviver politicamente. Na realidade, em sendo ideologia, as idéias conservadoras, explicitadas ou não, são assimiladas como verdade pela sociedade, daí a sua força e possibilidade de eco e reprodução de seus valores, o que sustenta sua permanência no poder. Mas como seus fundamentos não são unívocos, nem eternos, é justamente no solapamento das formas elaboradas do seu discurso que podem ser encontrados triunfos importantes para a redução do seu espaço político e para a percepção do processo de mudança.

2. DOIS DISCURSOS - DOIS TIPOS DE ATORES SOCIAIS, INSTRUMENTOS DISTINTOS

Voltando ao nosso território, vamos focar dois tipos de atores responsáveis pelos discursos contraditórios apontados, para tentar identificar nas relações econômicas, sociais e políticas por eles conduzidas os elementos de permanência ou de ruptura das condições de reprodução da estrutura social. As reflexões sobre o que chamamos de tradicional têm por base a literatura geográfica, histórica e política sobre a Região Nordeste, já discutida amplamente por vários autores e também por CASTRO (1992); aquelas sobre os novos atores tem por base a pesquisa sobre a fruticultura irrigada no oeste do Rio Grande do Norte, especialmente no Vale do Açu e em Mossoró, realizada através de trabalho de campo e entrevistas com sindicatos rurais, lideranças políticas, profissionais liberais e empresários. Para cada um destes conjuntos de atores será elaborado um quadro sintético das especificidades de suas ações em relação às suas escalas de interesse, aos instrumentos utilizados, ao cenário construído e ao conteúdo do seu discurso. A intenção, neste momento, é estabelecer eixos para uma análise comparativa, que no presente texto será feita de forma resumida e preliminar.

Elite política tradicional, oligarquias, empresários tradicionais.

Tradicional tem aqui o sentido específico do adjetivo que significa aquele (ou aquilo) que conserva a tradição, que é ato de transmitir ou entregar e representa a expressão natural das necessidades de uma sociedade. Ou seja, os vocábulos são utilizados como referência ao peso da estrutura social no devir da sociedade, destacando-se, porém, a importância da elite política e econômica para a transmissão de formas pretéritas ao presente.

As escalas de articulação destes atores tradicionais são preferencialmente a local, regional e nacional. É nas relações políticas e econômicas realizadas nos territórios definidos por estas escalas que os fenômenos resultantes de suas ações adquirem maior significado. É nestas escalas que se dá a pertinência da medida destes fenômenos, a sua consequente visibilidade e o conteúdo explicativo do espaço por eles produzidos. (CASTRO, 1995). Se é no território local que os agentes econômicos instalam suas atividades, agrícolas ou urbanas, a articulação com as escalas regional e nacional é essencial, seja para disputar mercados, seja para obter recursos nas agências financiadoras regionais, seja para obter decisões favoráveis nos órgãos nacionais. A existência de atividades econômicas na escala local não prescinde das articulações políticas, a partir daí, com os níveis decisórios regional e nacional. A percepção destas escalas de decisão e a

eficiência na sua utilização por parte da elite econômica e política da Região tem merecido muitas e importantes análises, que serão indicadas na bibliografia do final deste texto.

Os instrumentos utilizados por esta elite têm sido preferencialmente a burocracia do Estado, que organiza e gere decisões e recursos nas escalas local, regional e nacional. A participação nestes níveis decisórios é importante fonte de realização do seu desiderato e de sobrevivência, tanto do formato das instituições como do que é por elas instituído. Haja vista a sobrevivência do IAA para muito além da sua utilidade e as discussões em torno das reformas do DNOCS e da SUDENE.

Outro instrumento historicamente fundamental é a propriedade fundiária, que aqui, como também em outras partes do país, mais do que recurso para a produção é aval para financiamento, símbolo de status familiar, garantia de preservação na memória coletiva local e regional da posição no alto da hierarquia do poder local. A propriedade da terra, grande naturalmente, tem uma importância que ultrapassa a esfera econômica e se desloca para a esfera simbólica do político. É nesta transmutação que o Nordeste se diferencia de outras do país.

O mandonismo e a organização oligárquica são instrumentos políticos bastante familiares ao exercício do poder na escala local e conhecidos dos habitantes do sertão nordestino, que deles extraem o que podem, e sua manifestação é evidente nos períodos eleitorais, quando suas práticas adquirem visibilidade nacional. O poder político formal que surge destas práticas incorpora-as e tem por tarefa essencial de sobrevivência a sua reprodução. É na captura dos aparelhos formais do Estado, nas três escalas de poder e administração da Federação, que se dá com mais eficiência o processo que garante a permanência e a resistência às mudanças. (OLIVEIRA, 1981).

O cenário historicamente construído por estes agentes sociais e seus recursos econômicos e políticos é também conhecido por seus aspectos socialmente perversos e por sua capacidade de sobrevivência. Tentaremos indicar alguns de seus componentes. Primeiro, resiste uma economia rural tradicional sem competitividade e pouco capitalizada. Refiro-me às atividades realizadas pela elite econômica rural tradicional da Região. A contrapartida deste sistema produtivo é o minifúndio, cujo tamanho médio das propriedades é o menor do país, e, como decorrência dele, a forte presença de relações de trabalho não formalizadas, cujo interlocutor dos direitos e deveres do trabalhador é o proprietário da terra, ou seja o patrão, e não a legislação. Segundo, há falta de sustentabilidade geral das atividades econômicas, frente a quaisquer imposições competitivas que venham de fora da região e frente aos períodos regulares de estiagem. Terceiro, a fragilidade social da base da pirâmide

social do meio rural nordestino, que torna o minifundiário, o parceiro, o morador as vítimas imediatas das secas, mas também os eleitores de seus representantes. Esta dualidade de papéis sociais não pode ser subestimada. Quarto, baixos níveis de investimentos nas atividades produtivas, por razões econômicas, mas também não econômicas. (OFFE, 1984). Quinto, o Estado, através da sua estrutura burocrática, é o mediador principal das atividades destes atores. É no Congresso Nacional e nos órgãos públicos de ação regional que se dão as condições de decisões que afetam estes grupos e suas atividades.

O conteúdo forte e essencial do discurso produzido por esta elite é conhecido, mas vale a pena fazer uma síntese. A seca é a palavra chave. Ela representa falta de chuva, mas também miséria, analfabetismo, doença, descapitalização, natureza hostil, etc. Mas a seca é também, na base do discurso, produtora de uma solidariedade social que equaliza todos diante da sua força, grandes e pequenos produtores, proprietários ou não. A seca é também percebida como falta d'água e como necessidade de recursos para obtê-la. O significado destes conteúdos vai muito além da relação entre natureza e atividade produtiva, sendo mais evidente na relação entre a natureza e a produção de um imaginário político, socialmente equalizador e institucionalmente eficiente.

Novos Atores - políticos e econômicos.

Neste grupo são considerados aqueles que, questionando a visão trágica do clima semi-árido, começam a estabelecer as bases dos conteúdos de um outro discurso regional, significativo de novas articulações e novos interesses. Tratam-se de atores sociais que representam novos setores produtivos na Região, que pelas suas características possuem importantes efeitos na escala local, seja pela criação de uma nova paisagem produtiva, seja pelas relações de trabalho, seja pela articulação entre produção e tecnologia, seja pela necessidade de novas mediações econômicas e institucionais. Como representantes destes novos atores são considerados os responsáveis pela fruticultura irrigada no Vale do Açu e em Mossoró no Rio Grande do Norte. Não será feita aqui uma descrição detalhada destas atividades e dos seus empresários², mas, como nos atores indicados mais acima, serão estabelecidos os traços essenciais que possam constituir eixos comparativos consistentes.

As escalas de articulação desta atividade são preferencialmente a local, a nacional e a internacional. A escala regional pode ou não representar uma mediação para recursos ou mercado, porém esta é uma escala que pode ser ignorada. A escala internacional, ao

² Estas informações constarão do próximo trabalho sobre o tema, quando todos os levantamentos realizados serão analisados detalhadamente.

contrário é fundamental como definidora dos parâmetros de qualidade dos produtos e da sua competitividade, a escala nacional é importante como mercado para a parcela da produção que não consegue colocação no exterior e como mediação para financiamentos e para interlocução internacional.

Os instrumentos utilizados são bastante diferentes da situação anterior. Grandes investimentos de capital e incorporação de tecnologia à produção são fundamentais. É o binômio capital e tecnologia que garante a necessária competitividade no plano nacional e internacional, além disso, é a racionalidade do mercado que define a escolha dos produtos e os investimentos. A associação e a cooperação com laboratórios de pesquisas em universidades, empresas, órgãos públicos é um recurso importante pelas próprias especificidades e dificuldades da transferência de tecnologia na agricultura. É o recurso ao meio técnico científico, seja para solução de problemas dos produtos, de problemas organizacionais das empresas, ou da utilização de sofisticadas redes de informática que garantem a ligação do local ao mundo que confere a esta atividade um caráter bastante particular.

Outro instrumento é a grande propriedade fundiária, essencial a atividade. Ela garante espaços para a rotação de terras, reservas para expansão da produção e também, reservas de valor, aqui fundamentalmente monetário e não simbólico. Ela não é o trunfo essencial para a mediação dos interesses empresariais com o poder público, que se faz tanto na relação direta como através de associação dos produtores na escala local.

O cenário produzido por estes atores, se ainda não possui visibilidade em todas as suas nuances, é significativo de novas situações. Primeiro, trata-se, na realidade de aproveitar a oportunidade aberta pela elevação de renda e demanda de frutas frescas e variadas nos mercados do primeiro mundo e da classe média nacional. Segundo, há uma economia altamente capitalizada, tecnicamente sofisticada e competitiva, tanto no plano nacional como internacional. Terceiro, há necessidade de mão de obra minimamente treinada para as atividades diretas de produção e altamente qualificada nos outros níveis, o que favorece a normatização das relações de trabalho e a atuação dos movimentos sindicais. Quarto, o principal mediador das relações de trabalho é a legislação trabalhista, que define direitos e deveres de empregados e empregadores. Mesmo o trabalho temporário é registrado e obedece às normas legais. Neste caso, o interlocutor é a empresa, o que torna as relações de trabalho formalizadas e impessoais. Quinto, permanecem as possibilidades de complementação com a agricultura familiar, no caso do minifundiário e surgem novas possibilidades para pequenos e médios produtores através da terceirização da produção. Há

transferência de tecnologia através de contratos de fornecimento desses produtores com as empresas através da mediação do Banco do Brasil e do BNB, que fornecem financiamentos para embalagem ou outras etapas da produção. Finalmente, a sustentabilidade de uma atividade que tem na falta de chuvas um recurso e não um obstáculo.

O discurso produzido por estes atores tem como palavra chave a natureza, aqui porém, vista como um potencial inestimável e um recurso redentor da economia regional. O clima tropical semi-árido é avaliado como altamente favorável ao desenvolvimento de uma economia agrária sustentada, competitiva nacional e internacionalmente, com amplas possibilidades de aproveitamento das “janelas de mercado” abertas pelo inverno das áreas temperadas dos hemisférios norte e sul. A idéia forte veiculada por estes ainda poucos formadores de opinião estabelece a alternativa à “falta de vontade política” como entrave ao desenvolvimento regional, apontando a “falta de vontade empresarial”. O binômio irrigação e tecnologia são considerados como os eixos de sustentação de uma economia agrária capaz de criar fortes efeitos multiplicadores para a sociedade rural e para a política.

Significados possíveis destes novos atores.

O solapamento das bases do discurso da seca é um primeiro efeito positivo. Mesmo os cientistas sociais mais bem intencionados fazem longas discussões sobre a “seca”, tentando diferenciar sua dimensão climática, e portanto natural, de sua dimensão social. Na realidade, esta diferenciação só reforça o elo inevitável entre este tipo de natureza e os graves problemas sociais no território. A seca é, e sempre será, uma característica climática, como o são o longo inverno e as tempestades de neve nas altas latitudes, os tufões no Caribe, as monções na Ásia. Se a sociedade não está preparada para conviver com as vicissitudes de seu clima, é outro problema. Porque não existem hordas errantes na Austrália ou na Califórnia como existem no Sahel Africano? As longas estiagens apenas conferem visibilidade à fragilidade dos meios de subsistência de uma parcela importante da população que habita o sertão semi-árido do nordeste brasileiro, em consequência do tipo de organização social historicamente ali implantado, como daqueles que habitam o Sahel, após as longas e desastrosas aventuras da colonização e da descolonização no continente africano.

Quanto às relações de produção, a ampliação de relações de trabalho sem contratos estabelecidos com a mediação dos proprietários, indica a superação de um formato de relações paternalistas que reproduzem uma hierarquia social rígida, na qual o trabalhador rural parceiro, morador, arrendatário é o trunfo que garante a manutenção da estrutura

agrária, com a redução das tensões pela aparência de acesso à terra que é dada a estes trabalhadores rurais, e é também o trunfo que garante a estrutura política oligárquica, reafirmada a cada período eleitoral com a participação do voto destes trabalhadores.

A substituição de contratos de trabalho, mediados pelo proprietário de terras, por contratos com empresas, mediados pela legislação trabalhista, tem um efeito importante na ampliação dos espaços de organização e atuação dos sindicatos rurais, sempre obstruídos pelo personalismo e pelo compadrio nas relações de trabalho. A impessoalidade nas relações capitalistas, se por um lado permite à empresa maior exploração da sua força de trabalho, por outro favorece a organização dos trabalhadores, que em conjunto, têm mais possibilidades de fazer ouvir suas reivindicações e de obter alguma resposta.

Já se observa na fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte alguns efeitos multiplicadores para pequenos e médios proprietários. A terceirização de parte das atividades destas empresas significa repasse de tecnologia e inserção destes agricultores num circuito produtivo e comercial que garante sustentabilidade às suas atividades.

Com relação à propriedade fundiária, se a atividade empresarial no semi-árido contribui para a manutenção do monopólio da terra, há um novo significado nesta apropriação, ou seja, competitividade, produção, tecnologia, capital e produtividade, e não status, tradição, herança familiar, aval para fundos públicos, ou capital simbólico para o jogo político.

Finalmente, outro significado importante da entrada em cena destes novos atores refere-se à sua racionalidade produtiva que requer mão de obra mais qualificada e mais preparada para as características do circuito monetário. Ou seja, o valor do dinheiro para atrair e manter o trabalhador vinculado à empresa e interessado na produção é o mesmo motor que o fará apoiar as lutas sindicais por melhores salários, eleger novos tipos de representantes ou exigir novas ações dos antigos.

Conclusões e sugestões de novas questões

As possibilidades de rupturas no real, a partir do novo imaginário contido no discurso que exalta as qualidades do clima semi-árido do Nordeste, não significam absolutamente um *wishfull thinking* acadêmico ingênuo. Na realidade, o discurso é importante pelo que revela (FORGET, 1994) e a imagem trágica da seca num país inserido no sistema mundo como produtor de tecnologias intermediárias e como espaço aberto à inovação, endógena e exógena (BECKER e EGLER, 1992), encontra-se racionalmente esgotada. Seu conteúdo simbólico está cada vez mais esvaziado frente à desqualificação do signo que o gerou, trata-

se, de modo cada vez mais evidente, de um discurso que se sustenta no imaginário que ele próprio criou, e nisto reside a sua força e sua capacidade de sobrevivência e reprodução; mas pode ser também a sua fraqueza, desde que a seca, que nada mais é do que um fenômeno climático, seja finalmente colocada no seu devido lugar. Enquanto a seca for, de algum modo, percebida como dimensão social, as bases simbólicas do discurso trágico estarão sendo alimentadas, e certamente todo o seu desiderato.

Mesmo considerando que o mesmo ator pode ser moderno na economia e tradicional na política, e os nordestinos conhecem bem esta dualidade, a expansão do *agrobusiness*, ao atrair uma parte da elite agrária regional tradicional, ou seus descendentes, estabelece a possibilidade de traição dos seus próprios métodos. Ou seja, aqueles das atividades lucrativas, mas cuja competitividade possa ser mediada pela política. Porém, este não é o caso da competição na escala internacional, o que exige novas mediações para a sobrevivência nesta atividade.

Além disso, pela sua pouca força política nas escalas locais e regionais, uma tendência possível é a aliança destes novos atores com novos políticos e burocratas, que já estão surgindo e imprimindo um gestão empresarial à política de seus estados, como é o caso mais recente do Ceará (GUNN, 1994), criando a médio prazo uma alternativa, mesmo que ainda frágil, ao pacto oligárquico.

Do ponto de vista social e político, a inovação ocupa ainda um espaço muito pequeno. Este não ameaça, em ambição territorial ou de poder, o há muito estabelecido, mas certamente a construção de um novo imaginário sobre o clima semi-árido e suas mazelas no Brasil já se pôs em marcha. Além disso, o status da ciência e da tecnologia como passíveis de romper com estruturas arcaicas começa, com atraso e de modo ainda restrito, a ter mais valor do que a tradição. Como a nossa história pode ser muito lenta (MARTINS, 1994), mas não infensa a rupturas, trata-se de observar atentamente as ocorrências das inovações, suas dimensões e os significados dos rearranjos das estruturas de poder nas diferentes escalas territoriais que elas propiciam. Mas, trata-se também de ficar atento aos novos termos do discurso político tradicional, que tem sabido incorporar com muita competência as bases da sua própria negação. Afinal, não é por acaso que a história é tão lenta na Região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correa. *Tradição e mudança*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

- BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1992.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Candidaturas populares na zona rural do Ceará: o sertão ainda é o mesmo?* IN: *Nordeste, o que há de novo?* V. 2. Natal, UFRN, 1988.
- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da Necessidade*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1992.
- , *O problema da escala*. IN: CASTRO, I.E., COSTA GOMES, P.C. e LOBATO CORREA (Orgs.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1995.
- FELIPE, José Lacerda Alves e MOURA, Maria da Conceição de Almeida. *Um pretexto para a compreensão da seca: um pré-texto*. IN: *CADERNO NORTE RIO GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS*. Natal, UFRN, V.3 N.4, 1988.
- FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo, EDUSP, 1994
- GUNN, Philip. *O pacto cearense de cooperação*. Versão resumida de "Novas elites e o Nordeste: o caso do Ceará." IDEC. Relatório de pesquisa, Fund. Ford, Recife, 1994.
- MARTINS, J. De Souza. *O poder do atraso*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- OFFE, Claus. *Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas*. IN: --
----. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1994.
- SILVA, Aldenor Gomes. *A parceria na agricultura do Baixo Açu*. Natal, CCHLA, 1992.
- SILVA, José Graziano da. *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. São Paulo, Instituto de Economia, UNICAMP e PRONI, 1989.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.